



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM NACIONAL DE ECONOMIA CIRCULAR

Aos 6 dias de novembro de 2025, o Fórum Nacional de Economia Circular (FNEC) reuniu-se presencialmente no Salão Nobre, no 9º andar, bloco K, na Esplanada dos Ministérios, e virtualmente, por meio de videoconferência, com horário de início às 14h30 e horário de término às 17h30. A lista de presença dos participantes, incluindo os que participaram remotamente, encontra-se disponível no processo SEI nº 19687.000554/2025-20, com registro da participação presencial no documento SEI nº 55628465 e da participação virtual no documento SEI nº 55628067.

1. Abertura

A sessão foi presidida pela Secretária em exercício da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (SEV) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Sra. Julia Cortez da Cunha Cruz, acompanhada pelo Secretário Adjunto, Sr. Lucas Ramalho Maciel, e pela Diretora do Departamento de Novas Economias (DNOVA), Sra. Sissi Alves da Silva.

2. Apresentação dos informes gerais

Houve a atualização sobre os informes gerais sobre marcos normativos e instrumentos financeiros recentes como a PEC da Reciclagem (PEC 34/2025); atualização das Portarias GM/MDIC 309/2024 e SE/MDIC 450/2024; Decreto de logística reversa de embalagens plásticas; Emenda nº 44150006 à LDO; Eventos economia circular na COP 30; PL 5662/2025 (Senado Federal) – Política Nacional de Economia Circular e MOU Brasil-China: Economia Circular.

3. Atualização das Portarias

A Sra. Sissi informou que a elaboração das portarias para a inclusão de novos órgãos está em andamento. O processo depende da tramitação e anuência de alguns órgãos. A portaria de inclusão de novos órgãos é pré-requisito para a abertura da segunda portaria,

que tratará da composição paritária da sociedade civil e das associações representativas da iniciativa privada.

4. Decreto de logística reversa de embalagens plásticas

Sr. Eduardo (MMA) parabenizou o Fórum e a equipe pela organização da reunião e destacou a importância do trabalho para a agenda da economia circular. Em seguida, apresentou um informe detalhado sobre o Decreto de Logística Reversa de Embalagens Plásticas:

Repercussão e Construção: O Decreto foi resultado de um trabalho em parceria com diversos segmentos da sociedade e do governo, construído na base do consenso e da ambição de melhorar a logística reversa de plásticos.

Desafios de Regulamentação: O regulamento é considerado moderno, mas traz 7 pontos listados no Decreto que precisarão de aprofundamento via ato ministerial/portaria, e mais 3 pontos com prazo mais curto, focados em rastreabilidade e reciclabilidade.

Próximos Passos: Será aberta uma agenda de regulamentação com diversos representantes, incluindo membros do Fórum. O objetivo é ter um plano de trabalho concluído para que, até 21 de janeiro, haja uma melhoria na regulamentação sobre rastreabilidade (mencionando a plataforma da ABDI como parceira) e avanço nos critérios de reciclabilidade, com foco na minimização do volume de rejeitos acumulados nas cooperativas.

Metas: Os demais pontos, como as novas metas de conteúdo reciclável e de recuperação de embalagens, já são de conhecimento comum.

5. Emenda LDO e reconhecimento parlamentar

Sra. Sissi informou parecer favorável na Comissão Mista de Orçamento com emenda do deputado Fernando Marangoni priorizando linhas de crédito para empresas da cadeia da economia circular — sinal política parlamentar favorável.

6. COP30 — programação e espaços

A Sra. Júlia (Secretária-Executiva, MDIC) informou que a agenda de economia circular na COP30 está sendo intensamente mobilizada. Destacou a existência de diversos eventos, mencionando especificamente:

- ✓ Uma programação de dois dias no stand da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), integralmente dedicada à economia circular;
- ✓ Um evento no Pavilhão Brasil, liderado pelo Ministério da Fazenda, com foco na economia circular.

A Secretária-Executiva ressaltou que estes não são os únicos espaços de discussão e, portanto, a Secretaria irá circular para todos os membros do Fórum um cronograma temático abrangente. Este cronograma incluirá as iniciativas da própria Secretaria e do MDIC, além de um espaço aberto para que os membros do Fórum cadastrem suas próprias iniciativas relacionadas à circularidade. Foi enfatizado que, apesar da instabilidade na programação da COP, o objetivo é manter o Fórum mobilizado nos diferentes espaços em Belém (Zona Azul, Zona Verde e outros, como a AgriZone da Embrapa), garantindo que os membros recebam o instrumento de acompanhamento da agenda antes do evento.

7. Política Nacional de Economia Circular (PL 3899/2023)

O Sr. Lucas (MDIC) apresentou um informe sobre o Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Economia Circular:

Histórico: O PL iniciou como PL 1874/2023 (Senador Jaques Wagner), que foi amplamente discutido por dois anos e aprovado no Senado. O texto original criava o Fórum Nacional de Economia Circular, determinava o Plano Nacional e instrumentos de financiamento.

Transformação na Câmara: Ao chegar à Câmara, o PL foi apensado a outras matérias, transformando-se no PL 3899/2023. O novo texto introduziu diversas responsabilidades, multas e obrigações para o setor produtivo (eletroeletrônico, indústria extrativa, transformação, micro e pequenas empresas), gerando grande resistência.

Vitória na Negociação: Após um intenso diálogo e interlocução, com destaque para o papel do Sr. Pedro Prata e o MDIC foi possível reverter o texto para os termos originais do PL 1874/2023.

Situação Atual: O texto da Política Nacional de Economia Circular foi aprovado na Câmara dos Deputados nos termos desejados, representando um avanço na institucionalização do tema. O PL segue agora para o Senado, onde não deve encontrar grandes resistências, e está muito próximo de ser aprovado nas duas Casas.

O Sr. Pedro Prata Fundação Ellen Macarthur propôs um encaminhamento imediato:

- ✓ O Fórum deve **rascunhar, desenhar e aprovar uma moção de apoio integral e urgente** ao texto que saiu da Câmara, a ser enviada ao Senado.
- ✓ **Justificativa:** O texto está "muito redondo" e a moção deve ressaltar o apoio do Fórum para que o texto seja aprovado com urgência, valorizando o trabalho que os próprios senadores já haviam realizado em articulação com a sociedade civil.

A Secretaria (MDIC) irá inserir a proposta de moção de apoio no encaminhamentos.

8. Memorando de Entendimento Brasil e China (MOU)

O Sr. Lucas (MDIC) atualizou o Fórum sobre o Memorando de Entendimento (MOU) com a China:

Histórico: O Brasil entregou a última versão do MOU em abril. A expectativa de assinatura em maio (durante o Fórum Mundial de Economia Circular) não se concretizou.

Contraproposta Chinesa: Uma contraproposta foi recebida em outubro e está em análise.

Principais Alterações Propostas pela China: Redução de Áreas: O conjunto de 7 grandes áreas propostas pelo Brasil foi reduzido para 4.

Governança: Mudança no órgão de governança, desvinculando-o da COSBA (Coordenação Sino-Brasileira) e vinculando-o ao Fórum de Desenvolvimento Sustentável da relação bilateral Brasil-China.

Financiamento: Remoção de toda a parte de financiamento da proposta, o que era um tema muito importante para o Brasil, que mirava o acesso a instrumentos do New Development Bank (Banco dos BRICS).

Situação Atual: O governo brasileiro (Itamaraty, Casa Civil e demais órgãos) está debruçado sobre a contraproposta. Uma nova atualização será repassada ao Fórum em breve.

9. Apresentações

➤ Programa Pernambuco Circular

O Sr. Daniel Coelho (Secretário - Governo de Pernambuco) iniciou sua apresentação destacando a centralidade da economia circular nas decisões do governo de Pernambuco, sob a liderança da Sra. Governadora Raquel Lyra. Ele ressaltou que a economia circular não é tratada como um tema isolado, mas como uma oportunidade de desenvolvimento que aborda as desigualdades sociais e ambientais.

O secretário criticou o modelo linear de produção (extrair, produzir, consumir, descartar), que, segundo ele, gerou desigualdades sociais e ambientais. Ele enfatizou que as regiões mais pobres e com menos infraestrutura são as que mais sofrem com os problemas ambientais. Também destacou o foco nas pessoas, pois o programa busca compreender as pessoas e o território, começando pelo catador, o elo mais vulnerável da cadeia. As políticas públicas do estado têm sido no sentido de valorizar e remunerar esses profissionais.

Por fim, o Sr. Daniel mencionou diversas ações em andamento, algumas em parceria com o governo federal, que visam fortalecer a economia circular no estado.

O Sr. Danilo (SEMAS) detalhou os 5 eixos do programa — fomento a investimentos sustentáveis/regenerativos; mobilização cultural e educativa; inovação e tecnologia; planejamento urbano e territórios sustentáveis; promoção da bioeconomia — e destacou ações práticas: erradicação de lixões, revisão do ICMS socioambiental (pontuação para coleta seletiva e compostagem), implantação de unidades de compostagem, e o projeto Recicla Mais Pernambuco (capacitação, incubação de cooperativas e ecossistema de coleta seletiva em 184 municípios).

➤ **Plano Nacional de Economia Circular - Ações Priorizadas – Iniciativas Privadas**

- **Eixo I – Criar ambiente normativo e institucional favorável à economia circular**

A Sra. Sissi (MDIC), em nome do MIDC e em parceria com a CNI, apresentou a atualização do Eixo I do Plano Nacional de Economia Circular, informou que o detalhamento do “Estabelecimento de Metas, Padrões, Indicadores e Promoção da Articulação com Outras Políticas Públicas e Compromissos Internacionais” podem ser visitados na página da ENEC. Foram destacados os seguintes pontos:

Priorização de Ações: Foram priorizadas três ações principais dentro das cinco iniciativas do Eixo I, todas voltadas para o desenvolvimento de um diagnóstico setorial e a definição de critérios de priorização.

Desenvolvimento de Indicadores: O trabalho de desenvolvimento de indicadores está sendo realizado com o apoio da GIZ e da UNIDO, além da equipe interna do núcleo de dados. Iniciativas como o PromEC (junto ao Ministério da Fazenda) estão sendo utilizadas para este fim.

Programa Selo Verde: Foi enfatizado o trabalho em conformidade com a Estratégia Nacional de Economia Circular no âmbito do Programa Selo Verde (programa de normatização do MDIC para produtos e serviços sustentáveis).

A consulta pública da norma-mãe do Selo Verde foi lançada, com prazo para sugestões até 25 de novembro.

O trabalho inicial está focado nos setores de Polietileno Verde (setor químico) e Chapa de Alumínio, com normas aderentes aos critérios de economia circular.

- **Eixo II – Fomentar a inovação, a cultura, a educação e a geração de competências para reduzir, reutilizar e promover o redesenho circular da produção**

Sr. Bruno Nunes (MCTI) tomou a palavra para apresentar as atualizações referentes ao Eixo 2 do Plano Nacional de Economia Circular, coliderado o eixo com apoio do Ministério e da Ellen MacArthur Foundation.

Ações Prioritárias: O Sr. Bruno destacou três ações prioritárias dentro do macro-objetivo de incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (PD&I):

- ✓ Lançamento de chamadas públicas para fomentar ICTs, empresas e cooperativas no desenvolvimento de inovações em economia circular.
- ✓ Fortalecimento de centros de economia circular para incentivar a pesquisa de novas tecnologias e materiais.
- ✓ Promoção de pesquisa e inovação para reciclagem de materiais complexos e redesenho de cadeias produtivas vinculadas à bioeconomia.

Andamento das Iniciativas:

Chamadas Públicas: Informou que há uma articulação em curso com o grupo de colíderes (MCTI, MMA, MEC, Fazenda, MDIC) e agências (Embrapii, Finep, CNPq) para estruturar chamadas públicas. Uma reunião com os fundos setoriais do MCTI está agendada para o final de novembro para discutir o acesso a recursos do FNDCT. A previsão de lançamento de uma chamada mais completa é para o período de 2026/2027.

Mapeamento: Relatou a realização de um levantamento das ações e chamadas públicas já existentes no Ministério, agências de fomento e BNDES. Foram identificadas mais de 58 ações e projetos financiados, cujas informações serão disponibilizadas no site da INEC.

Eventos e Workshops: Anunciou a articulação para a realização de um seminário e workshops em meados de 2026, abordando a prática da economia circular vinculada à bioeconomia regenerativa, bem como um workshop vinculado ao grupo "Elas na Economia Circular".

- **Eixo III – reduzir a utilização de recursos e a geração de resíduos, de modo a preservar o valor dos materiais**

O Sr. Eduardo Rocha Dias Santos apresentou os pontos principais do Eixo 3, focado na redução da geração de resíduos e na agregação de valor. Ele destacou a os desafios e diretrizes, bem como as ações e programas específicos:

Infraestrutura de Reciclagem: Destacou a necessidade de descentralizar os parques de reciclagem pelo território nacional para reduzir os custos logísticos, que representam um grande gargalo para o setor.

Articulação Interfederativa: Ressaltou a importância de programas conjuntos com municípios e o Ministério das Cidades para expandir a coleta seletiva e a infraestrutura de resíduos.

Integração de Políticas: Mencionou a complementaridade com o Plano Nacional de Redução de Resíduos Orgânicos e Reciclagem (Planaro), que será anunciado na COP e posteriormente publicado via decreto.

Ações e Programas Específicos:

Computadores para Inclusão: Citou o programa como exemplo de reuso e remanufatura, integrando catadores na reciclagem de componentes eletroeletrônicos.

Plataforma Recicla Brasil: Explicou a vinculação entre logística reversa e conteúdo reciclado através da plataforma, que atuará com o sistema do MMA (Sisrev), iniciando pelo plástico e expandindo para outros materiais como vidro.

Legislação: Informou sobre o andamento de um decreto consolidador para harmonizar a legislação de logística reversa e a necessidade futura de regulamentar cadeias como a têxtil e de baterias de veículos elétricos.

Coopera Mais: Elogiou o programa da ABDI voltado para o fortalecimento de cooperativas com equipamentos e instalações.

➤ **Lei de Incentivo à Reciclagem (LIR):**

Resultados do Ciclo: Relatou o fechamento do primeiro ciclo anual com 952 propostas, totalizando cerca de R\$ 2,2 bilhões em pedidos.

Orçamento: Alertou para a restrição orçamentária, com previsão de R\$ 345 milhões para 2025 e R\$ 379 milhões para 2026, e a necessidade de estratégias para atender a carteira de projetos aprovados.

Lançamentos na COP: Anunciou o lançamento de projetos da LIR durante a COP, incluindo a "Estação Preço de Fábrica" e a primeira unidade pública de compostagem acelerada em Belém.

- **Eixo IV – Propor instrumentos financeiros de auxílio à economia circular**

A Sra. Carolina Grottera, Subsecretária de Transformação Ecológica do Ministério da Fazenda, apresentou um panorama dos mecanismos de financiamento que estão sendo estruturados para dar suporte à transição.

Taxonomia Sustentável: Ela anunciou a recente publicação do decreto da Taxonomia Sustentável Brasileira, celebrando a inclusão explícita da economia circular como um de seus objetivos ambientais. Ela explicou que este novo marco regulatório permitirá ao governo direcionar de forma estratégica incentivos fiscais, compras públicas e mecanismos de financiamento para a circularidade, funcionando como uma bússola para atrair investimentos e aumentar a adesão do setor privado à agenda de transformação ecológica.

Eco-Invest Brasil: Sra. Carolina Grottera explicou que se trata de um programa da Secretaria do Tesouro Nacional desenhado para mobilizar capital privado, inclusive estrangeiro, através de sistemas de leilões. Ela destacou especificamente o lançamento do quarto leilão do programa, que terá como foco a região amazônica, contemplando o financiamento de soluções locais para o tratamento de água e a gestão de resíduos.

Na sequência, a Sra. Carolina detalhou um portfólio amplo de instrumentos financeiros. Ela citou as linhas tradicionais do BNDES (como o Fundo Clima e financiamentos para saneamento), ressaltando a dificuldade de fixar metas temporais rígidas para créditos que operam sob demanda ("balcão"). Ela também abordou o programa "Mais Inovação Brasil" da FINEP, alinhado às missões da Nova Indústria Brasil; os editais da Caixa Econômica para agricultura regenerativa e economia circular; e o projeto ProMEC (parceria com a GIZ) para estudos e adaptação de instrumentos financeiros. Por fim, reforçou a importância do decreto de compras públicas sustentáveis e celebrou o alto volume de propostas recebidas pela Lei de Incentivo à Reciclagem.

Por fim, foi compartilhada pelo governo de Pernambuco uma iniciativa em discussão com o Banco do Brasil onde o Estado atua como garantidor de operações de crédito para municípios. O objetivo dessa engenharia financeira é permitir que prefeituras, que hoje não teriam capacidade fiscal para captar grandes recursos sozinhas, consigam financiamento para obras de gestão de resíduos e economia circular com juros reduzidos e critérios de elegibilidade facilitados pelas agências de fomento.

- **Eixo V – Promover a articulação interfederativa e o envolvimento de trabalhadoras e trabalhadores da economia circular**

O eixo focado na dimensão social, liderado pelo MDIC em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência (Sr. Ari), destacou a integração profunda com o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores (CIISC).

Foi ressaltada a importância estratégica de unir as pautas de produtividade e inclusão social, garantindo que a transição para a economia circular promova a formalização e a valorização efetiva dos catadores e catadoras, não tratando essas agendas de forma separada.

- Sr. Lucas Maciel (MDIC) reforçou que o esforço do governo para promover uma nova industrialização em bases verdes e descarbonizadas só possui sentido se for, simultaneamente, inclusiva. Ele destacou como "absolutamente fundamental" a integração entre o Fórum Nacional de Economia Circular e o Comitê Interministerial de Inclusão Sócio-Produtiva dos Catadores (CIISC). O Secretário- Adjunto também comentou sobre a importância da plataforma Recircula na gestão da logística reversa, afirmando que ela dota o Estado de capacidades tecnológicas (como inteligência artificial e *big data*) para rastreabilidade e atestação de conteúdo reciclado que antes não existiam. Por fim, ressaltou que, diante do desafio global de financiamento da agenda ODS (estimado em 45 trilhões de dólares), é essencial que a iniciativa privada participe com instrumentos inovadores e de impacto, já que os recursos governamentais e filantrópicos sozinhos são insuficientes.
- Sr. André Lima, representando o Instituto Clima e Sociedade (ICS), parabenizou a equipe pela condução do Fórum e destacou o lançamento do *Policy Briefing* sobre Economia Circular, construído em parceria com mais de 20 organizações e 50 especialistas. Ele ressaltou a importância da convergência entre a Estratégia Nacional de Economia Circular (ENEC) e a agenda de combate à poluição por plásticos, defendendo que o Brasil lidere o debate sobre o tratado global de plásticos e integre soluções de circularidade para o fortalecimento da indústria verde.
- O Sr. Paulo, representante da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST), iniciou sua fala reconhecendo a relevância da Estratégia Nacional do Oceano sem Plástico (ENOPE), mas expressou preocupação quanto à exiguidade dos prazos estabelecidos, dada a urgência da pauta. O representante solicitou, dentro dos limites possíveis, a extensão do cronograma para permitir uma construção mais robusta. Além disso, destacou a necessidade crítica de harmonizar e equalizar os diversos instrumentos institucionais vigentes — como a própria ENOPE, o Decreto de Logística Reversa e a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) — para aproveitar a massa crítica já estruturada no

setor. Por fim, defendeu que a governança do plano de ação envolva todos os atores da cadeia, abarcando não apenas a produção, mas também o consumo.

- Em seguida, a Sra. Camila Hubner Barcellos, representando a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), ratificou integralmente os pontos levantados pela ABIPLAST. Ela reforçou a importância de que a discussão sobre o plano de ação da ENOPE seja estruturada de forma congregada, sugerindo que o Fórum Nacional de Economia Circular assuma o protagonismo na organização desse debate, garantindo a participação efetiva de todas as partes interessadas.
- Acolhendo as manifestações, a Presidência do Fórum, representada pela Secretária Júlia Cruz, deliberou pela criação imediata de um Grupo de Trabalho (GT) específico no âmbito do FNEC. Este GT terá como foco inicial a consolidação das contribuições para o plano de ação da ENOPE, dada a urgência normativa, podendo expandir seu escopo futuramente para outras estratégias governamentais.
- A Sra. Liege Cardoso Castelani, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), apresentou o status da implementação da Lei de Incentivo à Reciclagem. Explicou que se trata de um mecanismo de renúncia fiscal onde empresas tributadas pelo Lucro Real podem direcionar parte do imposto devido a projetos aprovados. Informou que, para o ciclo de 2025, a renúncia autorizada é de R\$ 345 milhões, valor significativamente inferior à demanda do setor. A Sra. Liege destacou a amplitude do instrumento, que permite financiar desde pesquisa e desenvolvimento dentro das indústrias até a infraestrutura de cooperativas e recicladores.
- Durante os debates, o Sr. Lucas Maciel (MDIC) pontuou que, diante da assimetria entre oferta de recursos e demanda, é fundamental estabelecer critérios de priorização que privilegiem projetos com alta capacidade de escala e impacto estruturante nas cooperativas.
- O Sr. Ari (Secretaria-Geral da Presidência da República) celebrou o sucesso da LIR como ferramenta de inclusão, citando a captação de recursos pela ANCAT para a "Expo Catadores".
- O Sr. Pedro Prata (Fundação Ellen MacArthur) elogiou a inovação regulatória do governo brasileiro ao equiparar juridicamente o reúso à reciclagem, preservando maior valor econômico e ambiental.

➤ **Agenda e Estrutura para a COP 30**

- A Sra. Neide Freitas, da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), apresentou a estrutura da agência para a COP 30, em Belém/PA. Informou que a ABDI montará um pavilhão próprio na "Green Zone", focado em circularidade,

bioeconomia e descarbonização da indústria. O espaço contará com infraestrutura tecnológica de ponta e acolherá oito painéis.

- A Sra. Carolina Grottera (Ministério da Fazenda) detalhou a participação institucional no Pavilhão Brasil, destacando o painel unificado sobre "Instrumentos Financeiros e Regulatórios para Economia Circular", composto por MDIC, MMA, MF e ABDI, agendado para o dia 10 de novembro.
- O Sr. Pedro Prata e o Sr. Lucas Maciel expressaram críticas construtivas quanto à baixa representatividade do tema de economia circular na grade geral do Pavilhão Brasil e à composição exclusivamente governamental do painel principal. Ficou encaminhado que o governo fará gestões para tentar incluir um representante da sociedade civil no referido painel.

➤ **Indicadores e Dados de Economia Circular**

- O Sr. Rodrigo Bonecini (MDIC) e o Sr. Pablo Ortiz (MDIC) apresentaram os avanços na construção dos indicadores nacionais, alinhados metodologicamente com o Eurostat e o Painel Internacional de Recursos (IRP/UNEP). Foi demonstrada a versão beta do Painel de Indicadores (*Dashboard*), que utiliza a Análise de Fluxo de Materiais. Os dados revelaram que o Brasil se destaca globalmente pela extração de biomassa.

➤ **Instrumentos de Financiamento**

- **Banco do Nordeste (BNB):** A Sra. Laurinda Macêdo apresentou os Planos de Ação Territorial (PATs), citando o caso de sucesso da cadeia de reciclagem na Região Metropolitana de Salvador, que movimentou R\$ 118 milhões em crédito. Anunciou ainda um novo edital de R\$ 25 milhões para tratamento de resíduos.
- **Ministério das Comunicações (MCom):** O Sr. Gustavo André apresentou os resultados do programa "Computadores para Inclusão", que já doou mais de 65 mil equipamentos recondicionados e processou 11 mil toneladas de resíduos eletroeletrônicos, integrando a política de desfazimento de bens do governo federal.
- **Finep:** O Sr. Henrique Vasquez detalhou a chamada pública do programa "Mais Inovação Resíduos, Saneamento e Moradia", com previsão de cerca de R\$ 150 milhões em subvenção econômica para projetos de economia circular, ressaltando a vedação ao financiamento de projetos de recuperação energética (incineração), focando na hierarquia nobre de resíduos.

10. Encaminhamentos Finais

- O Secretário Adjunto Lucas Maciel encerrou a reunião consolidando os seguintes encaminhamentos:
 - i) Formalização do GT da ENOP e início dos trabalhos;
 - ii) Elaboração e envio de Moção de Apoio do Fórum ao Senado pela aprovação do PL da Política Nacional de Economia Circular;
 - iii) Consolidação da agenda de eventos de economia circular na COP 30 para circulação entre os membros;
 - iv) Gestão para inclusão da sociedade civil no painel governamental da COP 30; e
 - v) Sistematização dos dados de investimento federal em economia circular, estimados em cerca de R\$ 1 bilhão para o próximo ciclo.
- Foi aprovado o calendário de reuniões ordinárias para 2026, com encontros previstos para fevereiro, maio, agosto e novembro.

11. Encerramento

A reunião foi formalmente encerrada após encaminhamentos e agradecimentos.